

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Anexo VIII - Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia da receita

AMF - Demonstrativo VIII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2016	2017	2018	
IPTU*		Contribuintes	350.000,00	367.150,00	384.773,20	Vide Obsevação
IPTU*		Imóveis Públicos	560.000,00	587.440,00	615.637,12	
ISS*		Contribuintes	1.500,00	1.573,50	1.649,03	
Taxas de Lixo*		Imóveis Públicos	45.000,00	47.205,00	49.470,84	
Taxas de Expediente*		Imóveis Públicos	3.500,00	3.671,50	3.847,73	
TOTAL			960.000,00	1.007.040,00	1.055.377,92	-

Fonte: Divisão de Contabilidade

Obs: 1 - Os valores da renúncia para 2016 foram previstos de acordo com informações do setor tributário da Prefeitura Municipal.

Obs: 2 - Os valores da renúncia projetados para 2017 e 2018, foram calculados a partir dos valores de 2016, aplicando-se sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:

Inflação para 2017: 4,90%

Inflação para 2018: 4,80%

* Os valores da renúncia para 2016 foram previstos de acordo com informações do setor tributário da Prefeitura Municipal, sendo relativos a descontos a serem concedidos sobre o Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU. Será concedido, desde que aprovada lei específica, o desconto para pagamento a vista, cujo projeto ainda será encaminhado ao Legislativo para vigência em 2016; além de prever valores inscritos em condições previstas na Lei Complementar nº 01/1991 (CTM) ou demais legislação específica, de incentivo à indústria e comércio, clubes e sociedades (valores previstos a menor no orçamento).

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Conforme os arts. 13, 53 e 55 do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica observado o atendimento do disposto no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais.

Consequentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.